

Os descaminhos da associação entre o “Senhor Capital” e a “Senhora Terra”

Henri Acselrad ¹

Juliana Neves Barros ²

O levantamento dos conflitos agrários, tal como aqui apresentado, oferece-nos um quadro resultante da ação dos atores sociais do campo que fazem da terra, da água, das florestas, minerais e recursos em biodiversidade um terreno contestado material e simbolicamente. O conjunto de eventos aqui sintetizados constitui um indicador das estratégias dos sujeitos sociais envolvidos nas disputas pelo acesso e controle da terra e de seus recursos. Tais estratégias exprimem o entendimento que estes diferentes atores sociais têm do jogo de forças que tem sustentado o padrão historicamente desigual de acesso à terra e aos recursos naturais no país. Os enfrentamentos refletem, assim, a presença destes sujeitos políticos com diferentes níveis de articulação coletiva e de escalas; e suas ações respondem às respectivas avaliações que eles fazem do estado da disputa e da conjuntura de suas decisões.

Os conflitos decorrem, por um lado, da ação de grupos que lutam contra o acesso desigual à terra e ao uso dos recursos naturais, contra a insegurança da posse e a distribuição concentrada da propriedade. Por outro, decorrem também da reação dos grandes proprietários aos esforços empreendidos pelos movimentos sociais para reduzir a concentração fundiária, democratizar a terra e pressionar o Estado a mudar o padrão de suas políticas agrárias em um contexto de fechamento da fronteira, onde restam apenas 70 milhões de terras públicas devolutas. Os movimentos buscam, assim, liberar tais políticas

do domínio exercido pelas oligarquias e pelos interesses mais recentemente articulados das coalizões entre o capital financeiro, os agentes do mercado de terras e as corporações do setor agroquímico. Os representantes de tais interesses buscam, por sua vez, reproduzir e expandir seu controle – direto ou indireto – sobre a terra, reagindo ou se antecipando às dinâmicas democratizantes presentes no sistema político, instalando o negócio agrícola no interior da máquina estatal, criando o que ex-Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, chamou de “Partido do Campo do Cooperativismo e do Agronegócio (PCCA)” - materializado em bancadas parlamentares que têm por fim limitar os direitos dos trabalhadores do campo e liberar os negócios do agro de qualquer regulação política que lhes restrinja a lucratividade, como foi o caso recente da revisão do Código Florestal.

Mas, em paralelo ao sistema político formal, sabe-se que representantes de grandes corporações, segundo fontes da grande imprensa, reúnem-se tendo por objetivo, ante a pressão dos movimentos sociais, discutir “os problemas sociais e ambientais que enfrentam e a forma de resolvê-los”³. Ou seja, a “grande” política, com seu jogo de interesses nas arenas institucionais, seus macro-movimentos de cena no Congresso e nos Ministérios, é sempre acompanhada por ações articuladas “no terreno”. Através destas ações, as corporações buscam neutralizar os movimentos sociais, mas também, nas áreas cobiçadas pelo mercado de terras e pelo agronegócio, procuram desestabilizar a presença das famílias camponesas e das comunidades tradicionais

¹ Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional IPPUR/UFRJ

² Advogada e mestranda do IPPUR/UFRJ

³ Revista Época, 19/03/06. “Alguém vai encarar?”

numa situação de pressão pela expansão do mercado de terras. Estando mais de 200 milhões de hectares de terras situados fora deste mercado, tanto empresas como governos querem explorar estas áreas através de outros mercados, como o de minérios, de águas e de madeira. Conflitos de uso decorrem, pois, das pressões para inserir estes novos territórios nos fluxos de acumulação de riqueza.

Sabe-se que esta acumulação, pautada no controle sobre a terra, realiza-se em duas frentes: a) uma frente de acumulação extensiva de capital – a que requer a incorporação de novas áreas, produtivas ou especulativas, pela expropriação de terras ocupadas por pequenos produtores, terras públicas, áreas de reserva legal, terras indígenas ou de povos tradicionais; b) uma frente de acumulação intensiva de capital – que se dá no interior mesmo das áreas já ocupadas, pela busca de ganhos de rendimento por hectare, através da intensificação das condições de exploração do trabalho rural e do uso crescente de insumos que, além de alimentar o negócio agroindustrial, via de regra degrada a saúde dos trabalhadores, contamina solos, sistemas vivos, rios e outros corpos hídricos.

Assim é que, em ausência de uma esfera pública

democrática no campo – ou seja, de instituições que garantam a visibilidade dos processos políticos e o exercício pleno dos direitos por grupos sociais excluídos dos processos decisórios do Estado – a exploração da terra para fins de acumulação de riqueza tende a dar lugar a uma violência expropriatória destinada a subtrair terras às famílias camponesas, seja pela ação de grileiros ou agentes do agronegócio, seja por grandes projetos hidrelétricos ou de mineração, seja pela destinação de terras públicas devolutas e do uso de seus recursos. Uma violência intimidatória é também acionada na tentativa de inibir o ânimo organizativo e a resistência de trabalhadores do campo; outras formas de violência são exercidas através das relações de trabalho, com a intensificação das condições de exploração ou o constrangimento dos trabalhadores para que estes se submetam a condições de trabalho degradantes.

Isto posto, o que os dados quantitativos sobre os conflitos agrários no ano de 2012 nos permitem dizer sobre a natureza dos processos sociopolíticos em curso no campo brasileiro? Podemos observar que o número total de conflitos levantados neste ano permaneceu na média dos cinco anos precedentes.

Tipos de conflitos em números absolutos por ano

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Terra	1027	751	854	853	1035	1067
Conflito trabalhista	416	373	285	242	260	182
Água	87	46	45	87	68	79
Outros*	8			4		36
Total	1538	1170	1184	1186	1363	1364

* Outros, em 2012, referem-se a conflitos em áreas atingidas pela estiagem

Uma ligeira queda foi observada nas denúncias de trabalho escravo e superexploração, com relação a 2011. Com um número praticamente igual de conflitos especificamente por terra⁴, o número total absoluto de conflitos no campo manteve-se estável

por conta do aumento dos conflitos por água e das mobilizações verificadas na região Nordeste: com a estiagem prolongada ocorrida no semiárido nordestino, cresceram significativamente os protestos e bloqueios de rodovias para reivindicar políticas pú-

⁴ A estabilidade no número de conflitos por terra reflete a titulação de terras, por parte do governo federal, em números abaixo do esperado, o pequeno avanço na identificação de territórios de populações tradicionais e o grande atraso na regularização ambiental de imóveis titulados.

blicas e o cumprimento de compromissos assumidos pelos governos para o enfrentamento das condições de sobrevivência em situação de seca. Ocupações de agências do Banco do Nordeste e de prefeituras reivindicaram a liberação do seguro-safra e a renegociação de dívidas⁵. É também no Nordeste que se situou a maior parte dos conflitos por terra (46% do total), seguido da região Norte (com 29%). A mesma distribuição regional observou-se nos conflitos por água, mostrando a vinculação, nestas regiões, das disputas por esses dois bens vitais. Os conflitos por água destacam-se nos estados do Maranhão e Bahia, Pará, Minas Gerais e em áreas de Reservas Extrati-

vistas no estado do Amazonas.

Continuam concentradas na região Norte as ocorrências de trabalho escravo e superexploração, com mais de 50% do total, se consideramos a Amazônia Legal somam 67% dos conflitos trabalhistas. O crescimento em números absolutos dos conflitos por terra levantados no estado do Mato Grosso do Sul – basicamente entre índios e fazendeiros, fez com que a participação dos conflitos por terra ocorridos na região Centro-Oeste aumentasse em detrimento dos percentuais das demais regiões⁶.

Conflitos por região

Região	Terra	Água	Trabalho	Outros	Total
Centro-Oeste	114	5	29		148
Nordeste	490	28	32	35	585
Norte	302	28	97		427
Sudeste	126	15	10		151
Sul	35	3	14	1	53
Total	1067	79	182	36	1364

Na região Nordeste, líder em número de conflitos por terra levantados no país, com várias ocorrências associadas a dois grandes projetos – a Transnordestina e o Complexo Suape⁷ - destaca-se, entre os demais estados, Pernambuco, pelo maior número de famílias despejadas no ano de 2012, seguido do Rio Grande do Norte. Neste estado, na região do Apodi, cerca de 570 famílias de agricultores estão ameaçados de despejo por projetos do Departamento Nacional de Obras contra a Seca (Dnocs) que visam criar perímetros irrigados para a fruticultura⁸.

Em números absolutos, os conflitos por terra levantados no estado do Maranhão - notadamente envolvendo grandes empresas de mineração, celulose e

petróleo - continuam em primeiro lugar, como em anos anteriores, embora a segunda posição tenha passado, em 2012, do estado do Pará ao estado da Bahia, onde verificaram-se muitos de conflitos envolvendo comunidades de fundo e fecho de pasto, no oeste do estado, e quilombolas.

Os conflitos de terra decorrentes de acampamentos e ocupações respondeu por 22,1% do total no ano de 2012, ficando no mesmo patamar de 2011. Na contramão da ligeira tendência de queda das demais regiões, encontram-se as regiões Nordeste e Centro-Oeste, onde cresceu o número de ocupações e acampamentos, nesta última região, em sua maior parte, constituído por retomada de áreas indígenas.

⁵ As obras do projeto de Transposição do rio São Francisco, demandando uso de águas represadas em açudes, concorreram para agravar a situação de falta de acesso à água para famílias de trabalhadores rurais.

⁶ No Mato Grosso do Sul, foram registrados 18 conflitos por terra em 2010. Em 2012, passaram a 58. Desse total, 17 envolveram acampamentos e ocupações e 41, conflitos desencadeados por fazendeiros – 39 contra povos indígenas e 2 contra sem-terra.

⁷ Trata-se de manifestações contra os baixos valores de indenização oferecidos aos ameaçados de relocação e as condições de reassentamento. É comum verificar-se expropriação de posseiros e superavaliação das indenizações de proprietários.

⁸ Este projeto de irrigação tem traços de uma “reforma-agrária ao contrário”, uma vez que a região da Chapada do Apodi/RN veio se consolidando como uma das experiências mais exitosas de produção de alimentos de forma agroecológica e familiar do Nordeste, destacando-se o arroz, frutas, criação de caprinos, ovinos e bovinos, projetos de piscicultura, além do mel de abelha, destacando-se a área como a maior produtora orgânica do país.

Ocupações e Acampamentos

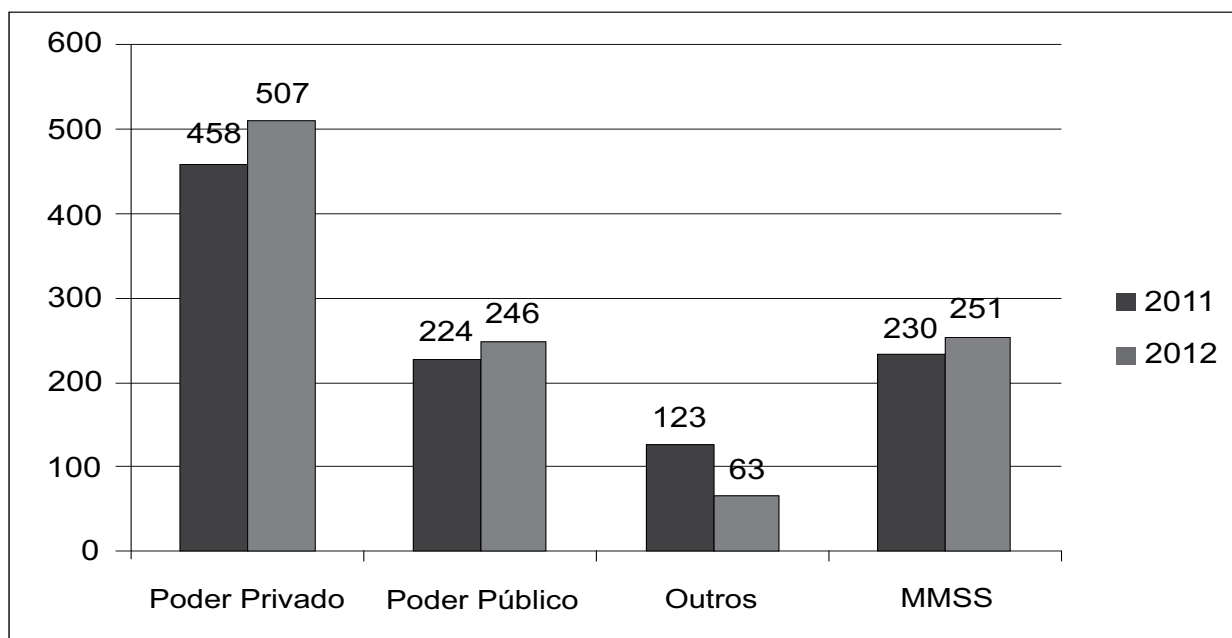
Região	2011	2012
Centro-Oeste	9,13% 21	15% 37
Nordeste	42,1% 97	52% 130
Norte	12,2% 29	9% 23
Sudeste	28,6% 66	48% 19%
Sul	7,3% 17	13% 5%
Total	230	251

Os conflitos foram desencadeados principalmente por ações dos poderes públicos e privados, tendo o setor privado prevaído, conforme tendência iniciada em 2010. Em contraposição ao recuo na ação dos movimentos sociais, observa-se forte protagonismo de setores conservadores, como fazendeiros, grileiros, empresários e mineradoras, combinado com um aumento dos índices de violência privada. Do total de conflitos por terra, 47,5% foram protagonizados pelo poder privado, 23,1% pelos movimentos sociais (MMSS) e 23,5% pelo poder público, 5,9% outros.

Em 2012, houve um crescimento do número de prisões, assassinatos e tentativas de assassinato, tendo os maiores índices de violência contra a pessoa se manifestado nos estados de RO, PA, AM e MA. Foram 36 os assassinatos, número 24% maior do que aquele levantado em 2011, a maior parte registrada em Rondônia (9), seguida do Pará (6) e Rio de Janeiro (4). Quilombolas, indígenas e ribeirinhos encontram-se entre os grupos sociais mais ameaçados de morte. As ocorrências de pistolagem também cresceram consideravelmente, registrando o número mais elevado desde 2004; Pará, Maranhão e Paraíba são os estados que lideram o ranking.

O número de despejos – por ação institucional pública - declinou consideravelmente nos últimos 10 anos, enquanto o número de expulsões - por violência privada direta -, que declinara entre 2003 e 2007, manteve-se num mesmo patamar desde 2008. Mas entre 2011 e 2012, houve um ligeiro aumento do número total de despejos e queda do número total de expulsões. Em duas regiões aumentou sensivelmente o número de despejos em relação a 2011: Nordeste e Centro-Oeste. Foram estas também as regiões onde registrou-se o maior número de conflitos protagonizados pelos movimentos sociais mediante ocupações e acam-

Protagonistas dos Conflitos por Terra



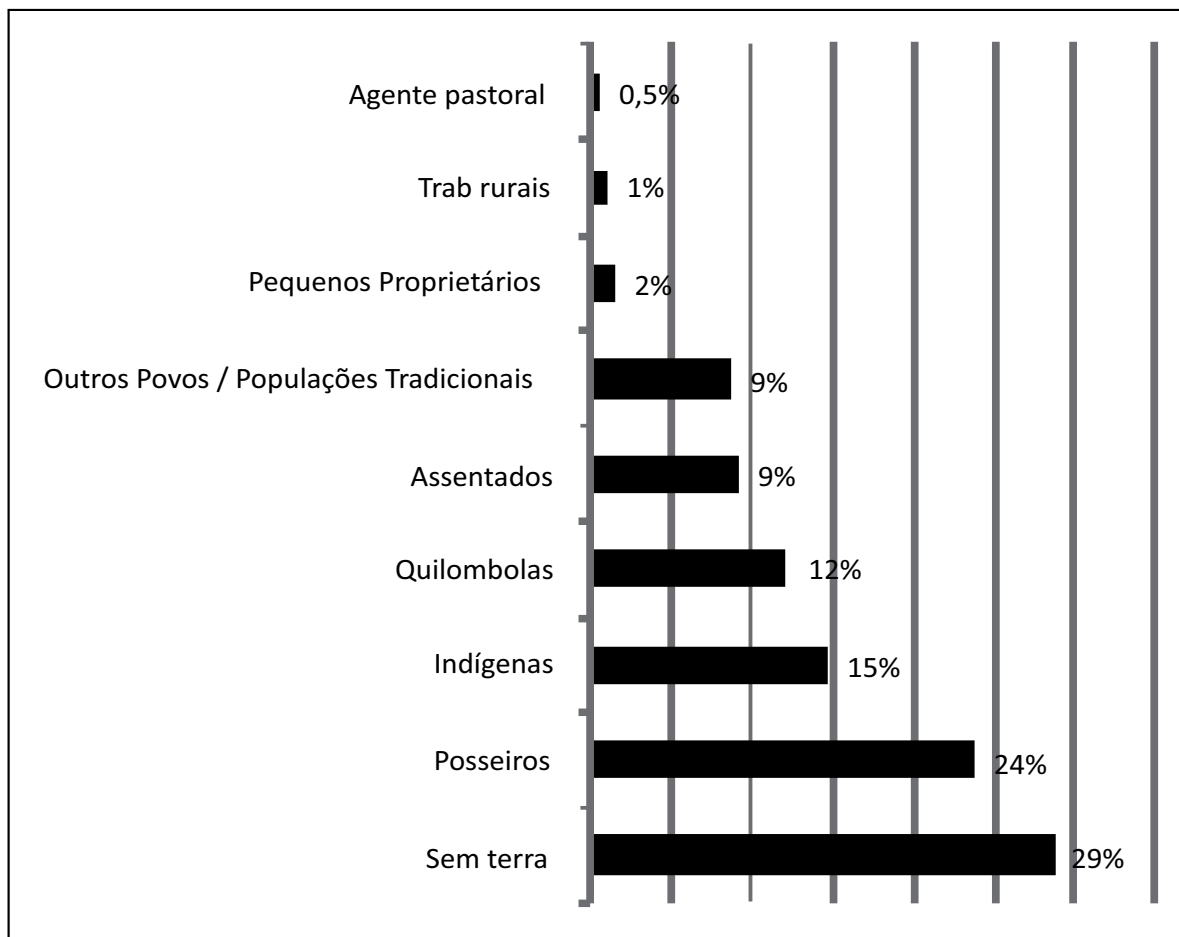
pamentos, o que mostra a atuação repressora do Judiciário, com sua “celeridade seletiva” nas ordens liminares de despejo.

Paralelamente à queda do número de ocupações e acampamentos de sem-terra verificada desde o ano de 2004, sinal de mudança na estratégia dos movimentos e de crescente descrença nas possibilidades do governo cumprir suas metas de refor-

ma agrária, cresce a proporção dos conflitos protagonizados por outras categorias sociais no campo, incluindo as que se autodefinem como indígenas e quilombolas – para os quais os indicadores de novas demarcações de territórios foram insignificantes - e outros integrantes de povos e comunidades tradicionais.

Muda assim o peso relativo dos conflitos envol-

Categorias sociais envolvidas nos conflitos



vido as famílias camponesas que foram objeto de expropriação em ciclos históricos passados e aqueles envolvendo os que estão sendo ameaçados de expropriação hoje e que procuram resistir em suas terras. É como se o pacto desenvolvimentista firmado nas áreas mais intensivas da agricultura capitalizada sinalizasse favoravelmente para que os agentes da acumulação extensiva avançassem sobre as áreas ainda pouco integradas e situadas fora do

mercado de terras, onde verifica-se a presença de uma variedade de formas camponesas de ocupação tradicional de terras e onde têm-se concentrado as ações visando a permitir o acesso privado das grandes corporações aos recursos naturais.

É neste contexto que temos visto, com frequência crescente, representantes do ruralismo passarem a identificar os povos e comunidades tradicionais

como os novos adversários de seu pretense projeto de “combate à fome pelo agronegócio”. São as terras tradicionalmente ocupadas o novo alvo dos grandes interesses econômicos do agronegócio. As comunidades que as ocupam passam a ser objeto de investidas no sentido de sua deslegitimação, assim como de esforços destinados a isolá-las das demais forças sociais e políticas, inclusive daquelas situadas no próprio campo dos grupos subalternos.

Segundo seus ideólogos, os povos tradicionais estariam protagonizando uma “inversão de direitos”, pois “o conceito de quilombo estaria golpeando o já combalido direito de propriedade” fazendo com que a propriedade se torne “tribal, coletiva ou comunitária”. Tal investida ideológica teria por finalidade atrair setores da pequena propriedade rural para cerrar fileiras contra os direitos territoriais específicos – plenamente reconhecidos na Constituição de 1988 – pleiteados por comunidades étnicas e tradicionais. Procuram, assim, dividir o bloco popular, tentando opor direitos universais à terra a direitos específicos a territórios – sujeitos da luta corrente por reforma agrária a comunidades tradicionais.

Neste esforço de dividir o bloco dos trabalhadores do campo, observa-se o recurso a um manejo irônico da linguagem – por exemplo, alega-se que “empresas de monocultura do eucalipto ensinam agroecologia ao campesinato sem terra” - por parte de corporações cujos negócios dependem fortemente da subtração ou subordinação dos espaços ocupados pelo campesinato e por povos tradicionais. Trata-se de recurso análogo ao dos projetos ditos de “educação ambiental” oferecidos a pescadores impossibilitados de pescar pelo avanço territorial da cadeia do petróleo-petroquímica, ou das empresas do setor elétrico que dizem oferecer projetos de

“desenvolvimento sustentável” para os índios do Xingu, rio cujas águas, em certas áreas, deixarão de correr em razão da construção de Belo Monte. Estes são alguns dos exemplos do modo como muitas corporações têm, com frequência, recorrido ao que Safatle considera o “cinismo como modo hegemônico de racionalização nas esferas de interação social do capitalismo contemporâneo, conformando procedimentos de justificação a interesses que não podem ser revelados”⁹.

A experiência recente mostra, porém, que os diferentes esforços destinados a dissociar e opor entre si as perspectivas dos diferentes movimentos sociais no campo têm se chocado com a adesão destes movimentos a um duplo critério de justiça, no sentido de Nancy Fraser - aquele que articula lutas por distribuição a lutas por reconhecimento¹⁰. São os próprios atores sociais que dão sinais de estar efetuando esta articulação, tal como configurado no Encontro dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas, realizado em Brasília em agosto de 2012, que incluiu em sua pauta, ao lado da “reforma agrária ampla e de qualidade com transição agroecológica”, a garantia dos direitos territoriais dos povos indígenas e quilombolas, assim como das comunidades tradicionais que têm a terra como meio de vida e de afirmação de sua identidade sociocultural.

Fato é que com a quebra da confiança no setor financeiro após a crise 2008, com a subida das cotações dos grãos, especialmente da soja, e a redução nas taxas de juros, cresceu muito a demanda por terras no país: os preços médios das terras para o agronegócio subiram mais do que a inflação entre 2011 e 2012. Neste contexto, os monopólios do agro passaram a comprar terras, imobilizando capital em um mercado tido como de baixa liqui-

⁹ W. Safatle, *Cinismo e falência da crítica*, Boitempo, São Paulo, 2008. A este propósito, as campanhas de imprensa que, entre outros ataques irônicos ao modo de vida camponês, pretendem desqualificar os assentamentos alegando que a saída de seus jovens para as cidades é um sinal de fracasso, desconsideram todo o acervo das teorias do campesinato que mostra como esta saída é parte das conhecidas estratégias de reprodução da pequena produção com vistas a evitar a fragmentação da propriedade. Woortmann, E. F. Parentesco e reprodução camponesa. *Ciências Sociais Hoje*. ANPOCS. p.192-219. 1985.

¹⁰ N. Fraser, *Igualdade, Identidades e justiça social*, in *Le Monde Diplomatique*, junho de 2012, p.34-35.

dez, atuando, a partir de então, simultaneamente no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária¹¹, exercendo, conseqüentemente, forte pressão fundiária sobre pequenos produtores e comunidades tradicionais. Estes blocos de poder, que associam proprietários de terra, capitais agroindustriais e financeiros e traders, constituíram-se de modo a marcar sua presença no interior do aparelho de Estado. Políticas favoráveis aos capitais agroindustriais resultaram assim, por um lado, do manejo da máquina governamental por estes blocos de poder; mas, ao mesmo tempo, estas coalizões constituíram-se em grande parte em função das próprias políticas governamentais adotadas – sejam elas tecnológicas, creditícias ou fundiárias. Esta situação reflete as mudanças verificadas desde os anos 1990 tanto na matriz tecnológica vigente no campo como nos seus mecanismos de

captação de renda, o que levou a mudanças nas condições de dominação no campo, assim como na própria ação do Estado neste domínio. Não se tratou mais desde então, da articulação de clientelas personalizadas da grande propriedade rural dentro Estado: com o avanço da modernização, o mercado de terras e o negócio agrícola penetraram a máquina estatal, que antes funcionava basicamente como um regulador externo ao mercado¹². Este novo tipo de ação estatal seria justamente aquele que estaria se completando a partir de 2010 através da redefinição dos Códigos Florestal e de Mineração. O campesinato sem terra e os protagonistas de formas diversas de campesinato vivendo e trabalhando em terras tradicionalmente ocupadas são, assim, desafiados a unir suas forças para fazer frente à “dança macabra” a que Marx se referia como o resultado - ao menos para as maiorias, desastroso – do casamento entre o “senhor Capital” e a “senhora Terra”.

¹¹ A.U. Oliveira. A Questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês, in *Agrária*, São Paulo, No. 12, pp. 3-113, 2010.

¹² Moacir Palmeira. Modernização e Reforma Agrária, in *Democracia na Terra*, n. 2, 1991, Ibase, Rio de Janeiro, p.1-4.

Expediente

Conflitos no Campo Brasil 2012
É uma responsabilidade do Centro de Documentação
Dom Tomás Balduino

Rua 19, no 35, 1 andar – Centro - 74030-090
Caixa Postal 749 - 74001-970
Goiânia-GO
Fone: (062) 4008-6466 Fax: (062) 4008-6405
Endereço eletrônico: cpt@cptnacional.org.br
Site: www.cptnacional.org.br

Comissão Pastoral da Terra é um organismo ligado à
Comissão para o Serviço da Caridade, da Justiça e da
Paz, da CNBB.

A CPT é membro da Pax Christi Internacional

Goiânia, abril de 2013

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Conflitos no Campo – Brasil 2012 [Coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Flávio Lazzarin][Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2013. 188 páginas: fotos, tabelas
Vários autores.
Indexado na Geodados – <http://www.geodados.uem.br>
ISBN 978-85-7743-222-6

1. Violência no Campo. 2. Conflitos no campo. 3. Reforma Agrária. 4. Direitos Humanos e legislação ambiental. I. Canuto, Antônio, coord. II. Luz, Cássia Regina da Silva, coord. III. Lazzarin, Flávio, coord. IV. Comissão Pastoral da Terra V. Título

CDD 303.6
307.7

Catalogação na Publicação: Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250

Diretoria da CPT

D. Enemésio Ângelo Lazzaris – Presidente
D. José Moreira Bastos Neto – Vice-presidente

Coordenação Executiva Nacional

Edmundo Rodrigues Costa
Flávio Lazzarin
Isolete Wichiniński
Jane Silva

Conselheiro Permanente da CPT

D. Tomás Balduino

Centro de Documentação Dom Tomás Balduino

Equipe Secretaria Nacional

Antonio Canuto
Cássia Regina da Silva Luz
Flávyo Santos Teles
Múria Carrijo Viana
Paula Pereira
Thays Pereira Oliveira

Equipes Regionais

Adilson Alves da Silva/Lucimone Maria de Oliveira – Goiás
Anna Maria Rizzante Gallazzi – Amapá
Célio Lima Silva – Acre
Edmundo Rodrigues Costa – Araguaia/Tocantins
Inaldo da Conceição V. Serejo – Maranhão
José Batista Gonçalves Afonso – Pará
José Iborra Plans/Maria Petronila Neto – Rondônia
Joseumar Miranda da Silva - Espírito Santo/Rio de Janeiro
José Valmechi de Souza – Santa Catarina
Juvenal José da Rocha/Dirceu Fumagalli – Paraná
Ilza Franca e Thiago Valentin – Ceará
Maria Clara Ferreira Motta - Amazonas
Leticia Aparecida Rocha – Minas Gerais
Paulo César Moreira Santos – Mato Grosso
Renata Costa César de Albuquerque – Nordeste (AL, PB, PE e RN)
Gregório F. Borges – Piauí
Roseilda Cruz da Conceição – Bahia
Roberto Carlos de Oliveira – Mato Grosso do Sul
Evanir José Albarello – Rio Grande do Sul

Assessoria

Prof. Dr. Carlos Walter Porto Gonçalves
Geógrafo - UFF
Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes
Geógrafo – Unesp

Assessoria Administrativa

Marisa Soares da Silva
Elídia Morais Aguirre

Revisão

Secretaria Nacional

Diagramação:

Vivaldo da Silva Souza

Seleção de fotos

Cristiane Passos

Foto Capa

João Zinclar

Organização e seleção de documentos

Elvis Fagner Ferreira Marques
Leonardo Vinícius Pires da Silva
Jean Ann Belini
Sofia Corso
Soledade Sousa de Almeida
Weniskley Coutinho Mariano

Apoio:

EED Evangelischer Entwicklungsdienst
CCFD Comité Catholique contre la Faim et pour le Développement
D&P Development and Peace
TRT Tribunal Regional do Trabalho 23ª Região